

ANÁLISE CONTÁBIL E O AXIOMA DO DESEQUILÍBRIO

Antônio Lopes de Sá
Doutor em Contabilidade – Escritor

*O presente trabalho enfoca
as principais
relevâncias referidas,
de forma simples,
sob vários ângulos,
mas de forma introdutória,
se considerarmos
o que de fato representa
essa tão intrincada questão
da análise contábil
e o axioma do desequilíbrio.*

O tema do desequilíbrio das empresas tem sido tema de estudos de muitos intelectuais da Contabilidade, ao longo dos anos. Pesquisas por nós realizadas, indicam como das mais freqüentes causas do desequilíbrio das empresas os erros cometidos em seus investimentos, ou seja, nas aplicações feitas sem considerar a natureza da fonte de recursos obtidos. A análise contábil, de acompanhamento da gestão, é um dos instrumentos mais eficazes para evitar-se os problemas decorrentes desse fenômeno mas deve ser feita em pontos relevantes e de acordo com modelos adequados. Apenas como exemplo, comentamos sobre o axioma de Dumarchey, destacando-o dentre os pensamentos de diversos autores importantes seus coevos, como respeito a esse expressivo intelectual que tanto dignificou o conhecimento contábil.

1 O VALOR DA ANÁLISE CONTÁBIL EM FACE DOS DESEQUILÍBRIOS

Os dados contábeis representam a base da informação para o estudo da riqueza, evitando problemas e oferecendo meios para entendimento sobre o que está ocorrendo.

Pouco ou nada vale a informação dos registros e das demonstrações, todavia, se elas não se prestam a ser objeto de análises tempestivas e se estas não explicam os acontecimentos evidenciados, servindo de base para orientações.

Duas coisas, pelo menos, são imprescindíveis para que o estudo dos informes possa ser eficaz:

- 1) que sejam obtidos para fins analíticos de efeito Gerencial e a eles adaptados;
- 2) que sejam tempestivos e objetos de conclusões competentes para produzirem modelos de comportamentos que conduzam à eficácia.

Com isto desejamos afirmar que não basta que os dados sejam contábeis, sendo necessário que sejam **específicos para o exame analítico para fins gerências**.

Sendo o equilíbrio um sistema de funções, imprescindível para a sanidade da atividade empresarial, o estudo deste deve ter um acompanhamento permanente e competente.

A dinâmica da riqueza altera, a cada momento, as posições da estrutura patrimonial e em decorrência, também, a de seu estado de equilíbrio.

2 DADOS PARA FINS ANALÍTICOS GERENCIAIS

Os dados contábeis que atendem a fins legais e as vezes até a normativos, nem sempre são aptos para o estudo analítico gerencial do equilíbrio, pois, este, precisa estribar-se em matéria útil para fins científicos.

As leis fiscais, comerciais, as resoluções das Comissões de Valores, as Normas de entidades governamentais e de classe, nacionais e internacionais, em suma, o que se tem estatuído para fins específicos ou de critérios de conveniências informativas e demonstrativas contábeis, nem sempre tem coincidido com as verdades do campo científico, prejudicando a qualidade dos elementos que devem ser objetos de estudos.

Muitos foram os trabalhos que publicamos de crítica a tais instrumentos, evidenciando o quanto ferem a doutrina e atentam contra a verdade sobre os fenômenos da riqueza.

As normalizações foram feitas em quase todo o mundo com forte sabor empírico o que as tornou contraditórias, inclusive, em diversos ca-

sos, a ponto de um balanço apresentar perda em um País e lucro em outro, embora da mesma empresa e da mesma data.

Para gerir uma empresa, pois, necessário é que se preparem os elementos que vão ser analisados de acordo com a finalidade a ser alcançada pelo estudo.

Ademais, a escrita contábil, seguindo aos moldes da lei, por efeito compulsório, deixa de registrar muitos elementos de rara valia, como, por exemplo, os custos figurativos e determinadas potencialidades de fenômenos que muito influem sobre a vida da riqueza.

Como sobre o equilíbrio patrimonial muito influem dados e grupos de valores que a lei ou desconhece ou exclui, é preciso preparar, para a análise desse importante fenômeno, uma estrutura peculiar.

3 QUALIDADE E TEMPESTIVIDADE DOS DADOS

Quanto mais atualizados estiverem os dados contábeis, quanto melhor for a sua qualidade quanto a adequação aos fins do estudo tanto melhor análise produzem.

A distância entre a época à qual o dado se refere e aquela que se necessita decidir sobre eles é de rara importância, em razão da velocidade com que as coisas sucedem.

A riqueza movimenta-se a todo instante, quer por ação administrativa, quer do pessoal, quer do que do mundo exterior recebe de influências, rompendo pontos de equilíbrios ou os atingindo, a todo instante.

Conforme o vulto das modificações podem-se alterar substancialmente as conclusões e a estrutura dos modelos de sugestões para decisões.

Imprescindível é possuir dados confiáveis e em tempo oportuno de oferecer modelos para corrigir falhas ou aperfeiçoar critérios.

Hoje, com o advento dos computadores, a sofisticação que permitem e o baixo custo que vão alcançando, tornou-se facilitada a tarefa da atualização e obviamente de conhecimento rápido e tempestivo das variações do capital.

4 CORRELAÇÕES BÁSICAS DO CAPITAL NA ANÁLISE DO EQUILÍBRIO

O sistema da estabilidade é o responsável pelas funções de equilíbrio nas empresas.

O equilíbrio é um estado específico funcional através do qual o capital se apresenta em proporções harmônicas, ou seja, denotando eficácia estrutural, competente para permitir que ocorram as eficácias nos demais sistemas.

Figurativamente o capital das empresas pode representar-se da seguinte forma, segundo a tradição doutrinária nos apresenta:

INVESTIMENTOS	RECURSO
CAPITAL FIXO	PRÓPRIO
CAPITAL CIRCULANTE	RECURSO DE TERCEIROS
Imediato	de funcionamento
mediato	de financiamento

Os recursos de que a empresa dispõe precisam ser aplicados de acordo com a natureza, temporalidade e quantidade dos mesmos.

Se o recurso é próprio não precisa sair da empresa e nesse caso pode financiar investimentos que não trazem retorno imediato, como as imobilizações, desde que obedecidos certos limites de valor e tempo em correlação com o capital de giro.

Portanto, é preciso que o capital próprio não seja totalmente aplicado nesses investimentos fixos, quer para ajudar o capital de giro, quer para proteger a empresa contra os riscos das incertezas e surpresas que todo negócio tem.

Quanto aos recursos de terceiros, é preciso conjugar o prazo e o custo dos mesmos com a velocidade do que fica em nosso capital circulante de investimento.

Ou seja, o que a empresa investe em capital de giro precisa ter um retorno competente para pagar o capital de terceiros no tempo em que este se faz exigível.

Há um montante de recurso que se obtém por meio das compras a prazo de mercadorias e este os doutrinadores chamam de Débitos de Funcionamento porque representam dívidas que pro-

vêm das necessidades de manter a empresa em suas funções produtoras e que precisa retornar ao Fornecedor.

Há outro montante que se obtém para reforço de capital de giro ou para imobilizações e que provem de empréstimos em dinheiro e este os doutrinadores denominam de Débitos de Financiamento e que geralmente tem mais prazo para retornar ao provedor.

Existe, pois, um sistema específico da operacionalidade onde os estrangulamentos ocorrem, também, com maior frequência.

Tais denominações, tais classificações, são necessárias ao estudo, mas, nem sempre se encontram nos modelos da lei e em alguns ditos normatizadores, mas, são necessários para um estudo do equilíbrio.

Os pontos principais da análise do equilíbrio situam-se nas correlações entre tais elementos do capital, especialmente no que tange ao volume ou quantidade do valor e ao tempo ou prazo de retorno e necessidade de pagamento.

5 CORRELAÇÕES INADEQUADAS QUE LEVAM AO DESEQUILÍBRIO

Há uma necessidade de capital disponível que tem seu limite dentro da necessidade das exigibilidades.

Há um equilíbrio específico de liquidez que influi naquele geral.

Ocorre, pois, que empresas que se constituem com pouco capital e que se entusiasman com os lucros obtidos, aplicando muito no imobilizado, confiando nos créditos e nos lucros que advirão, são as principais vítimas dos desequilíbrios.

Bastam esfriamentos do mercado, como o que ocorreu com o Plano Real, uma concorrência mais perturbadora como a da globalização, para que as quedas de vendas se transformem em algozes da empresa.

Erros comuns, pois, são os decorrentes do uso desregrado e exageradamente otimista do recurso de terceiros, geralmente feito em imobilizações ou circulantes a longo prazo, agravados

com a não correspondência no volume de vendas e nos lucros.

Um sistema bancário como o brasileiro que se subordina a uma política de crédito imposta pelo Governo e que produz juros exorbitantes, inviabiliza, na maior parte das atividades, um uso sadio do capital de financiamento.

Resta a empresa, pois, apelar para o recurso de terceiros, mas apenas o de "funcionamento", ou sejam, os fornecedores de mercadorias e materiais.

Como também a empresa cede créditos para vender, como depende dessas mesmas vendas, precisa manter um nível de eficácia entre os créditos a receber e aquele a pagar.

6 TECNOLOGIA OBJETIVA DA ANÁLISE DO EQUILÍBRIO

Observar o equilíbrio entre os elementos do capital é imprescindível, requerendo uma tecnologia objetiva de verificação.

Para tanto devem-se estabelecer, pelo menos, as seguintes relações, por quocientes:

- 1) Recurso próprio e Capital Fixo;
- 2) Recursos de terceiros e Capital Circulante;
- 3) Giro do Capital Circulante;
- 4) Giro dos Recursos de Terceiros;
- 5) Liquidez Dinâmica (quociente derivado ou terciário).

Esses são elementos rudimentares, mas, significativos.

Os dois primeiros são relações de participações de capitais.

Os (3) e (4), indicadores específicos de velocidades de grupos ou séries de componentes dos investimentos e fontes de investimentos.

O último (5) o confronto entre as velocidades dos componentes envolvidos na liquidez (tal quociente é de nossa autoria e está divulgado em

nossas obras relativas a análise de balanços, a partir da década de 60).

Cada caso, entretanto, precisa ser estudado de per si e desdobrados esses quocientes.

O importante é que se tenha muita atenção nas correlações quantitativas (volume do que se obtém de recurso e volume do que se aplica e no que se aplica) e naquelas da temporalidade ou prazo em que se pode ter o dinheiro para pagar e prazo exigível para o pagamento.

7 O AXIOMA DO EQUILÍBRIO, DE DUMARCHEY

O emérito cientista francês, criador da Teoria Positiva da Contabilidade, editada pela primeira vez em 1914, portanto, bem no início de nosso século, J. Dumarchey, já havia enunciado um teorema sobre o tema do equilíbrio.

A obra desse muito culto contista, introduzida em língua portuguesa por versão de Guilherme Rosa, editada pela Revista de Contabilidade e Comércio, do Porto, em 1943, apresenta, à página 129, o Axioma de Dumarchey sobre o equilíbrio patrimonial e cujo enunciado é o seguinte:

"a solidez de uma situação está na razão direta da disponibilidade de seu ativo, e na inversa da exigibilidade de seu passivo".

Afirma, nas argumentações de seu teorema que a situação patrimonial "é tanto mais sólida e segura quanto as contas mais disponíveis do Ativo se apresentarem mais importantes" (página 129 já referida).

Tal axioma elaborou esse mestre especificamente para a "situação líquida" e, esta, a apresentou como a de um valor determinante para o equilíbrio entre os investimentos (que denomina só de Ativo, por ser um contista) e as fontes ou recursos que os sustentam (e que ele denominou de Passivo, apenas).

Em realidade o que destacou o culto e genial cientista do Contismo foi o efeito da temporalidade, ou seja, o que em minha teoria enuncio para o Sistema da Estabilidade.

Em trabalho específico que sobre a questão produzimos, enunciamos que a temporalidade dos meios patrimoniais deve corresponder com a das necessidades de forma que quantitativa e qualitativamente e em todos os espaços possa resultar em eficácia.

São formas diferentes de expressar a mesma coisa, ou seja, a correlação entre investimentos e financiamentos no que tange a natureza e a harmônica composição quantitativa.

Coevo de Dumarchey, Ceccherelli, o precursor do aziendalismo italiano, enunciava os mesmos princípios, assim como Masi, o precursor do patrimonialismo científico.

Tomamos, apenas, Dumarchey como um ponto de referência no estudo da questão, para evidenciar que já no início do século os estudiosos da Contabilidade se preocupavam com a análise da essência dos fenômenos sob o ângulo do equilíbrio, da estabilidade.

Para nós, em língua portuguesa, sem dúvida, o maior de todos os mestres, nesse particular, foi, naquela época, Jaime Lopes Amorim e que também comungava com esses princípios, sendo um particular admirador de Dumarchey, atribuindo a este o mérito de dar vestes científicas de maior rigor ao que na França na época se realizava com o predomínio da preocupação formal e sem a atenção devida ao que existe de essencial no conhecimento contábil e que é a explicação dos fenômenos da riqueza.

8 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALUJA, J. G. La estimación de magnitudes económicas en el proceso de inversión. *Anales...* Barcelona: Real Academia de Ciencias Económicas y Financieras, 1995.
- AMADUZI, A. *Il sistema dell'impresse nelle condizioni prospettiche del suo equilibrio*. 2.ed. Roma: Angelo Signorelli, 1950.
- *Indagini sull'efficienza, teoria dell'equilibrio nella dinamica aziendale, pianificazione integrale d'azienda*. Pisa: Colombo Cursi, 1966.
- ANGULO, J. A. G. *Potencial de analisis de los flujos de tesoreria*. Jornada de Trabajo sobre Analisis Contable, 2. Malaga: ASEPUC, set. 1995.
- BIGNAMI, A. A. *L'impresa e il suo equilibrio nei cicli economic*. Milão: EUB, 1979.
- CECCHERELLI, A. *Il linguaggio dei bilanci*. 4.ed. Florença: Felice Le Monnier, 1950.
- CORTICELLI, R. *La crescita dell'azienda*. Milão: Giuffré, 1979.
- DUMARCHEY, J. Teoria científica do custo de produção. *Revista de Contabilidade e Comércio*, v. 22, abr./jun. 1945.
- GIROLAMI, C. *L'analyse et de l'optimisation du fonds de roulement*. Paris: Les Éditions d'Organisation, 1968.
- LAUZEL, P. *Contrôle de gestion et budgets*. Paris: Sirey, 1971.
- LOPES DE SÁ, A. *Teoria do capital das empresas*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1965.
- Teoria das potencialidades concretas da liquidez. *Revista de Contabilidade e Comércio*, v. 50, n. 198, jun. 1993.
- Teorema da inequação entre massa e função patrimonial. *Revista de Contabilidade e Comércio*, n. 211, 1996.
- Teorema da desestabilização e sistema da estabilidade. *Revista do Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul*, Porto Alegre, n. 87, out./dez. 1996.
- MASI, V. *Analisi finanziarie e reddituali in relazione al capitale in gestione nelle imprese*. Milão: Francesco Vallardi, 1939.
- PASCUAL, J. G. *Flujos de caja versus recursos generados*. Jornada de Trabajo sobre Analisis Contable, 1. Malaga: ASEPUC, 1994.
- RIPARBELLI, A. *II contributo della ragioneria nell'analisi dei dissesti aziendali*. Florença: Stabelimenti Grafici Vallechi, 1950.
- WITTE, E. *Die Liquiditätspolitik der unternehmung*. Tübingen: J. C. B. Mohr, 1963.